

SEG. Rachel Maia (quintzenal), Ricardo Henriques (quintzenal), TER. Miriam Lello, QUA. Zina Latif, QUI. Miriam Lello, SEX. Fabio Giambiagi (quintzenal), Rogério Furquim Werneck (quintzenal), SÁB. Carlos Góes (mensal), DOM. Miriam Lello

CARLOS GÓES

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br



A 'taxa das blusinhas' no país da desigualdade

Esta semana, o Congresso aprovou mais uma política de incentivo ao setor automobilístico, batizada de "Projeto Mover". Mas esta coluna não é sobre isso. Embutido no projeto havia um "jabuti": a instauração daquela que ficou conhecida como a "taxa das blusinhas". Se o leitor não sabe, trata-se de um novo imposto de importação.

Quando alguns bens finais (como roupas) são isentos de impostos de importação, mas os insumos utilizados para fabricar esses bens no país (como máquinas, tecidos, etc.) pagam imposto, dizemos em economês que esses setores têm "proteção comercial negativa". Em português, esses setores têm mais dificuldade de competir. Isto porque eles têm custos altos devido a, entre outras coisas, os impostos que eles pagam por seus insumos, mas seus competidores entram isentos de tarifas. Então quer dizer que medida é acertada? Não é tão simples. Se o novo imposto beneficia os varejistas e industriais nacionais, ele prejudica outro grupo de brasileiros: os consumidores que compram diretamente do exterior. Em termos econômicos, o consumo e bem-estar dessas pessoas so-

quando o preço dos bens que eles consomem cai ou quando eles têm acesso a novos produtos. Mas seus reflexos vão além da economia. Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Lavras fez uma pesquisa qualitativa superinteressante, em que entrevistaram 71 mulheres que compram nesses sites. Uma das entrevistadas diz: "tenho mais opções para escolher." Outra afirma: "no Brasil é difícil achar roupas bonitas para o meu tamanho." Uma terceira: "eu quero me sentir parte da sociedade com roupas normais e (o site) proporciona essa inclusão." A vida de quem compra ali vai ser negativamente impactada pelo imposto. E quem são essas pessoas? Segundo uma pesquisa contratada pela Shein, 50% dos seus consumidores vêm das classes D e E. Já os representantes da indústria e do varejo, armados de sua própria pesquisa, afirmam que a maioria desses consumidores ganha mais de 5 salários mínimos. Se você é como eu, deve desconfiar desses dados que vêm das partes interessadas. Uma alternativa é comparar com o que sabemos de outros países, onde há mais dados disponíveis. A isenção de importações de baixo valor não é exclusividade brasileira. Na China e na Índia, a isenção é de cerca de US\$ 10; na Colômbia, de US\$ 200; no Equador, de US\$

400; nos Estados Unidos, de US\$ 800. Os economistas Pablo Fajgelbaum (UCLA) e Amit Khandelwal (Yale) estudaram o caso americano e chegaram a algumas conclusões importantes. Quando dados muito detalhados de encomendas, eles mostram que o destino dessas é proporcionalmente maior em bairros de renda mais baixa. O fim da isenção seria, portanto, regressivo: o fardo recairia de forma desproporcional sobre os mais pobres. O Brasil tem um limite de isenção que equivale a um oitavo do americano. É mais baixo, portanto, mesmo considerando que nossa renda média é um quarto da dos EUA. Já que se trata de bens baratos de rápido consumo, seria muito surpreendente imaginar que os padrões possam divergir muito daqueles encontrados pelos pesquisadores. Toda medida tem ganhadores e perdedores. Nesse caso, ela beneficia empresários e trabalhadores dos setores protegidos. Mas ela vai prejudicar os consumidores. E, entre esses, o fardo muito provavelmente deve cair sobre os que em geral pouco consomem. Agora, importar a baixo custo deve voltar a ser privilégio de poucos, como muitas coisas no país da desigualdade. Vai envolver pegar um avião e encher a mala no exterior, tirando vantagem de uma isenção de importação de mil dólares. Aos que não detêm os meios de locomoção para Miami, sobrá a 25 de Março.

Haddad se reúne em SP com banqueiros e recebe apoio

Dólar recua a R\$ 5,35, mas fecha a R\$ 5,38 por cenário externo. Ministro busca o equilíbrio fiscal, diz presidente da Febraban

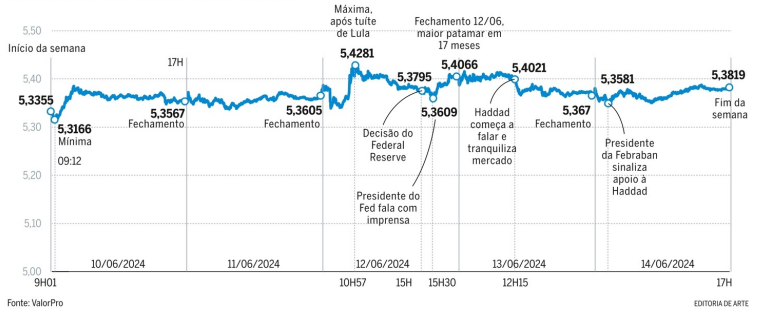
JOÃO SORIMIA NETO E LUANA REIS
economia@oglobo.com.br
SÃO PAULO/ÉRIO

Numa semana de nervosismo do mercado financeiro, que cobra uma agenda de corte de gastos do governo para reequilibrar o quadro fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu ontem apoio dos principais banqueiros do país como fiador do reequilíbrio fiscal do Brasil. O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que os banqueiros veem em Haddad disposição para ajustar as contas do país. O dólar recuou a R\$ 5,35 depois das declarações. —Aqui estivemos para reafirmar um apoio institucional ao ministro Fernando Haddad. Nós enxergamos nele um engajamento, toda uma determinação na busca do equilíbrio fiscal. Além de tratarmos sobre conjuntura econômica e os desafios do país, emprestamos ao ministro o apoio do setor bancário — disse Sidney à imprensa após a reunião.

O dólar comercial, no entanto, encerrou em alta de 0,28%, a R\$ 5,38. Segundo analistas, esse movimento refletiu o mercado externo, no qual pesaram preocupações sobre a crise política na França. O índice DXY, que mede o dólar frente a cesta de moedas, avançou 0,31%. Na semana, a moeda americana acumulou valorização de 1,08% — as cotações variaram entre R\$ 5,31 e R\$ 5,42. Foi a quarta semana consecutiva de alta.

'DISPOSIÇÃO FIRME' Foi o quarto encontro entre Haddad e banqueiros. Ele já estava agendado, mas ocorreu em um momento de sinais de desconfiança, por parte do mercado, sobre a força que o ministro terá no governo para avançar com medidas de corte de gastos. Sidney afirmou que a reunião não se deveu aos ruídos observados durante a semana. Estiveram presentes Luiz Trabuco, presidente do Conselho de Administração do Bradesco; André Esteves, sócio do BTG Pactual; Milton

SEMANA DE TURBULÊNCIA NO CÂMBIO



Maluhu, CEO do Itaú; Marcelo Noronha, presidente do Bradesco; e Mário Leão, presidente do Santander. Sidney afirmou que o compromisso do ministro para buscar o reequilíbrio das contas públicas precisa ser perseguido. E disse acreditar que Haddad continuará trabalhando com firmeza para acertar as contas públicas e precisará do apoio do governo, do Congresso, do empresariado e da sociedade. —Saímos convencidos de que o ministro está determinado a buscar o reequilíbrio das contas públicas, mas também de uma disposição firme dele para fazer o diálogo dentro do próprio governo, expandindo esse diálogo para o Congresso Nacional, que é poder fundamental nessa equação fiscal, e também na interlocução com o empresariado. Este é o único caminho que o Brasil tem.

Luiz Costa, economista-chefe da Monte Bravo, avalia que, às falas do presidente da Febraban após a reunião com Haddad foram positivas para aliviar o estresse no mercado. Ele ressaltou, porém, que os operadores ainda aguardam uma sinalização mais clara do governo de apoio ao equilíbrio fiscal. — Os relatos pós-reunião mostram que o ministro continua defendendo a agenda de reformas e o corte de gastos, e que ele está empenhado em negociar com o governista e o Congresso essa agenda. Isso ajuda um pouco os ativos, mas as incertezas em

relação ao apoio do governo, principalmente do presidente, continuam sendo uma questão em aberto.

DISCUSSÃO 'ATÉ O FIM DO ANO' Na sexta-feira da semana passada, um encontro fechado de Haddad com o CEO do Santander Brasil e gestoras causou ruído no mercado financeiro, com impacto no dólar e nos juros futuros. O ministro depois criticou o que chamou de "vazamento de informação falsa". Na última quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em redes sociais, e depois em um evento com investidores estrangeiros, o aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros vão melhorar as contas públicas, sem ser necessário reduzir investimentos. Para o mercado, foi um sinal de que o governo não está disposto a reduzir seus gastos para cumprir a meta fiscal. No dia seguinte, a fim de tranquilizar os agentes financeiros, Haddad e a ministra do Planeja-

mento, Simone Tebet, prometeram apresentar um "cardápio" de medidas ao presidente Lula para reduzir as despesas. O ministro da Fazenda disse que o governo vai manter um ritmo mais intenso de trabalho sobre a agenda de gastos. E, em entrevista ao GLOBO, Tebet apontou, entre outras medidas, a revisão da previdência dos militares como possibilidade de corte de gastos. Mas disse que "tudo está na mesa", a não ser a valorização do salário mínimo e a desvinculação da aposentadoria (do salário mínimo). O Ibovespa encerrou com leve alta de 0,08%, aos 119.662 pontos. Na semana, o índice acumulou queda de 0,91%.

— Uma perspectiva de que o ajuste das contas públicas virá do aumento da carga tributária acaba sendo ruim para a Bolsa, porque as empresas sofrem com isso — afirma Thiago Cunha, gestor da Ace Capital. Para Luan Alves, analista da VG Research, a discussão fiscal vai pautar sobre o mercado "até o fim do ano."



BRENO CARVALHO/3-2024

INDICADORES

| DÓLAR | |
|-------------------------|------------------|
| | COMPARAÇÃO VENDA |
| Comercial (Plax) | 5,3624 5,3630 |
| Turismo esp. (BB) | N.D. 5,51 |
| Turismo esp. (Bradesco) | N.D. 5,58 |

| EURO | |
|-------------------------|------------------|
| | COMPARAÇÃO VENDA |
| Comercial (Plax) | 5,7362 5,7389 |
| Turismo esp. (BB) | N.D. 5,91 |
| Turismo esp. (Bradesco) | N.D. 5,97 |

| IMPOSTO DE RENDA | | | |
|------------------------|----------|------------|---|
| Junho de 2024 | Alíquota | Adequar | Deduções: a) R\$ 189,59 por dependente; b) para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva com 65 anos ou mais; R\$ 1.903,98; c) contribuição mensal à Previdência (1) pensão alimentícia. Alternativamente às deduções, poderá ser usado desconto mensal de R\$ 564,80. Obs.: para calcular o imposto a pagar, aplique a alíquota e deduz a parcela correspondente à faixa. A 2ª parcela do IR 2024 vence em 30 de junho. |
| Base de Cálculo (R\$) | | | |
| Até 2.259,20 | Isento | | |
| De 2.259,21 a 2.826,65 | 7,5% | R\$ 169,44 | |
| De 2.826,66 a 3.751,05 | 15% | R\$ 381,44 | |
| De 3.751,06 a 4.664,68 | 22,5% | R\$ 662,77 | |
| Acima de 4.664,68 | 27,5% | R\$ 896,00 | |

OUTRAS MOEDAS

| | VENDAS |
|-----------------|--------|
| Libra esterlina | 6,8154 |
| Francos suíços | 6,0365 |
| Yene japonês | 0,0341 |
| Peso argentino | 0,0059 |
| Peso chileno | 0,0057 |
| Yuan chinês | 0,7410 |

| ÍNDICES | | | |
|----------------------|-----------------|----------------|-------------------|
| Índice | Variação Mensal | Variação Anual | Variação 12 Meses |
| IPCA base (2019=100) | Mês | Ano | 12 Meses |
| Mai | 0,0263% | +0,46% | +2,77% |
| Abril | 0,0252% | +0,38% | +1,89% |
| IGP-M (2014=100) | Mês | Ano | 12 Meses |
| Mai | 0,0341% | +0,89% | +0,28% |
| Abril | 0,0273% | +0,81% | +0,34% |
| IPG-DI (2014=100) | Mês | Ano | 12 Meses |
| Mai | 0,0252% | +0,31% | -0,60% |
| Abril | 0,0252% | +0,31% | -0,60% |

POUPANÇA

| Até 03/06/24 | TR |
|--------------|---------|
| 07/06 | 0,0603% |
| 08/06 | 0,0391% |
| 09/06 | 0,0655% |
| 10/06 | 0,0920% |
| 11/06 | 0,0883% |
| 12/06 | 0,0963% |
| 13/06 | 0,0945% |

| SELIC 10,50% | |
|---|--|
| OUTROS ÍNDICES | |
| BOLSA DE VALORES: Cotações diárias de ações, evolução dos índices Ibovespa e IBVX-2: www.b3.com.br | |
| CDB/CDI/TBF: www.anbima.com.br | |
| www.cetip.com.br | |
| Taxa Básica Financeira (TBF): www.bcb.gov.br. Clique em "Estatísticas", e posteriormente em "Séries Temporais" | |

UFIR/RJ

| UFIR (mensal) |
|---------------|
| Junho |
| R\$ 1.0641 |

| FUNDO DE INVESTIMENTO: | |
|--|--|
| www.anbima.com.br. Clique em "Fundos de Investimento" | |
| IDTR: www.fenag.org.br. Clique na barra "Serviços" e, posteriormente, em "FAJ-TR. Selecionar ano e mês desejados | |
| ÍNDICES DE PREÇOS: | |
| FGV: www.fgv.br. IBGE: www.ibge.gov.br e posteriormente em "Séries Temporais" | |